

O Setor da Gestão de Resíduos e o Plano de Recuperação e Resiliência

1- Enquadramento.

O presente texto pretende responder ao honroso convite do Sr. Engenheiro João Ferreira Teixeira, Presidente do Conselho de Administração da TratoLixo para, em nome da AVALER, darmos o nosso contributo para a questão: *Quais os projetos e Programas que, no âmbito dos resíduos devem ser inscritos no Plano de Recuperação e Resiliência, nos Planos Temáticos e no Planos Regionais?* Tal contributo dirige-se ao Painel do 14º Fórum dos Resíduos sobre *“a visão do setor sobre prioridades nacionais para aplicação do previsível financiamento europeu para relançamento da Economia”*. Iremos assim dar, de modo sintético, a visão da AVALER para as principais prioridades do setor, circunscritas ao domínio da gestão de resíduos urbanos e similares (RU).

2- Programas prioritários para a recuperação e resiliência económica ambiental e social.

A valorização de biorresíduos.

Os biorresíduos são a fração mássica mais expressiva dos resíduos urbanos representando perto de 40% desses resíduos (38,51%, APA (2019)). Com exceção da recolha seletiva feita nas áreas urbanas de Lisboa pela Valorsul, no Porto pela Lipor, e de resíduos verdes no Algarve pela Algar, a valorização de biorresíduos é feita presentemente a partir dos resíduos urbanos de recolha indiferenciada, separados nos Tratamentos Mecânicos e Biológicos.

No entanto, as Diretivas Europeia determinam que a partir de 1 de janeiro de 2024 deverá ser feita a valorização generalizada dos biorresíduos e que, a partir de 1 de janeiro de 2027, essa valorização só é considerada reciclagem se for feita a partir de biorresíduos recolhidos seletivamente, o que tornará obsoletos os atuais TMB. Assim, haverá que reorganizar toda a cadeia de recolha e valorização de biorresíduos, o que implica a criação de programas de valorização local, nalgumas situações, e a recolha e valorização centralizada noutras. Haverá que proceder a um reestruturação dos atuais TMB de modo a adaptar tecnicamente as atuais 21 unidades de tratamento de Resíduos Urbanos Biodegradáveis aos fluxos de recolha seletiva, matéria em que alguns SGRU já estão a trabalhar. Este conjunto de programas (compostagem local e regional, a recolha de biorresíduos e a reconversão dos TMB) será uma área essencial de investimento futuro no setor dos resíduos.

A valorização multimaterial.

A reciclagem multimaterial apesar evolução que teve no passado recente, que atingiu 573 mil toneladas em 2019 (APA, 2019), permanece ainda muito abaixo das mais de 900 mil toneladas necessárias para atingir a meta de 2025 (PERSU200+). Haverá que ultrapassar os estrangulamentos identificados pelos stakeholders, nomeadamente uma comunicação deficiente, um deficit de responsabilização do produtor de resíduos, um quadro regulatório complexo e conflituante – por exemplo no SIGRE, deficiente coordenação entre os atores, entre outras. Alguns fatores não estão associados a investimentos dado tratarem-se de aspetos organizativos, mas é inquestionável que haverá também necessidade de investimentos significativos se o país pretender aumentar expressivamente a quantidade e a qualidade da sua reciclagem multimaterial. Durante a década que se inicia haverá que alargar o âmbito e profundidade dos programas de PAYT, generalizar os sistemas de depósito para embalagens de bebidas, renovar e atualizar muitas unidades de triagem incorporando novas tecnologias, continuar a renovação e atualização tecnológica dos

equipamentos de recolha, quer móveis quer estacionários, além, naturalmente, do permanente esforço de comunicação e sensibilização essencial à valorização multimaterial de qualidade.

A Valorização energética

Portugal possui uma capacidade de valorização energética de cerca de 1,1 milhões de toneladas por ano, em 4 centrais, duas no Continente e duas nas Regiões Autónomas, correspondendo a 20 a 22% dos resíduos urbanos produzidos. Mas, simultaneamente, o país tem enviado sistematicamente para aterro cerca de 3 milhões de toneladas de resíduos, correspondendo a perto de 60% dos RU produzidos. Esta utilização excessiva do aterro levará ao esgotamento da capacidade de aterro durante a década que agora se inicia. Infelizmente não tem sido possível garantir um destino de valorização para os resíduos que não encontram destino na reciclagem, apesar do reconhecimento unanime dessa necessidade por parte dos atores no terreno.

Mesmo num contexto futuro de reciclagem ambiciosa e eficaz, há resíduos que não têm condições de serem reciclados com qualidade, mas que podem ser valorizados. Trata-se da fração que não é separada na fonte pelo produtor de resíduos e das frações que são rejeitadas nas cadeias de valor da reciclagem. Um sistema sustentável e circular de gestão de resíduos tem que prever um destino final para essas frações sob pena de ficar dependente dos aterros sanitários ou, quando estes se esgotam, do envio de resíduos para países terceiros onde exista essa capacidade de tratamento.

Os países da União Europeia que enviam apenas frações residuais para aterro (<5% da produção de resíduos) e que atingem 50% de reciclagem já em 2020, cumprindo assim a meta europeia têm, pelo menos, uma capacidade de valorização energética de 35% da sua produção de resíduos. A Suécia, a Dinamarca e a Finlândia, entre outros, têm construído e renovado centrais de valorização energética de resíduos; o Reino Unido inaugura 2 a 3 novas centrais por ano assim continuará nos próximos anos. É, em nossa opinião, preocupante a incapacidade nacional de criar condições de valorização da fração não reciclável dos resíduos (*residual waste*).

Defendemos a necessidade de uma rede de centrais de valorização energética de resíduos, estrategicamente localizadas de modo a servir a totalidade do território nacional, para valorização dos resíduos urbanos e similares que não encontrem destino na reciclagem de qualidade. Trata-se um programa de investimentos absolutamente essencial para conferir ao sistema de gestão de resíduos a necessária resiliência e independência nacional, à luz dos princípios de proximidade e autossuficiência plasmados na Lei europeia e nacional.

Conclusões

O setor da gestão de resíduos urbanos e similares enfrenta desafios múltiplos: uma produção crescente de resíduos que tem ultrapassado sempre as previsões e objetivos de redução estipulados nos Planos setoriais; produtores de resíduos correntemente não cumpridores das suas obrigações e do seu papel na gestão de resíduos; uma baixa taxa de reciclagem; uma qualidade dos reciclados muitas vezes deficiente para escoamento como matérias primas secundárias; uma forte dependência dos aterros sanitários como destino final, entre outros. Poderíamos por isso ter referido múltiplas áreas onde os investimentos serão necessários. Optámos por três áreas que nos parecem essenciais e estruturantes de toda a evolução do desempenho futuro do setor: a valorização de biorresíduos, a valorização multimaterial e a valorização energética. São áreas complementares que, em conjunto, se conduzidas eficazmente, permitirão atingir a valorização tendencialmente integral dos resíduos urbanos produzidos o que deve constituir, parece-nos, o objetivo central da gestão de resíduos.

Feliz Mil-Homens,
AVALER, setembro de 2020.